

GAZETA MERCANTIL *Diário Público* Para secretário saída é a recompra

por José Paulo Vicente
de São Paulo

13 FEV 1991

"A única saída para o endividamento dos estados, hoje, é a mesma que o governo federal fez para ele. O Banco Central (BC) deve recolher os títulos estaduais e pagar por eles." A afirmação, feita a esse jornal na última sexta-feira pelo secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, José Machado de Campos Filho, reflete a estreita margem de manobra dos atuais governos estaduais na administração da dívida pública dos estados.

Com o Plano Collor II, o governo federal aumentou a capacidade de regulamentação do caixa dos governos estaduais, mediante a criação do novo Fundo de Aplicações Financeiras (FAF). Pelas novas regras, os governos não podem mais emitir títulos desordenadamente viabilizando o aumento do fluxo de caixa para a rolagem da dívida pública mobiliária.

A emissão de títulos pelos governos estaduais fica, agora, vinculada aos percentuais de participação dos papéis estaduais no FAF. Segundo o próprio BC, a cota de participação dos títulos estaduais, CDB, debêntures e Letras de Câmbio no chamado "fundão" será de, no máximo, 43%, com a limitação de 10% por emitente.

"Isso é uma grande enganação", diz o secretário. Para ele, esse novo mecanismo significa o fim da Federação brasileira e um atentado à autonomia dos estados. "É a estatização do mercado financeiro. O governo federal quer sufocar os estados através da austera política monetária", diz.

MECANISMO JURÍDICO

Campos Filho afirma que o BC dispõe de um mecanismo jurídico para controlar a emissão de títulos pelos estados: o Senado. "Por que o governo não tentou aprovar esse controle de emissões via Senado? Por que ele preferiu arbitrar as novas regras através da mudança radical dos meios de funcionamento do mercado financeiro? Por que ele deixa estados que não podem emitir títulos continuar emitindo? O Banco Central foi inerte na questão da regulamentação dos títulos", desabafa o secretário.

"Antes do Plano Collor I, os nossos títulos representavam 2,8% dos papéis do mercado financeiro. Custava mais barato para nós ter os nossos títulos no mercado do que manter papéis Federais na Gerência de Operações Financeiras do Banco do Brasil (Gerof)",

BANCOS — Os bancos reabrem suas portas somente na quarta-feira de cinzas, a partir do meio-dia, por causa do feriado de Carnaval. O expediente ao público deve ser de, no mínimo, 4 horas na quarta-feira, segundo resolução do Conselho Monetário Nacional. Quem precisar sacar dinheiro durante os quatro dias de folia só terá como opção os caixas eletrônicos. Boatos sobre um provável feriado bancário após o Carnaval, que circularam hoje no mercado financeiro, foram desmentidos pelo Banco Central.



José Machado de Campos Filho

diz. Atualmente, o estoque de títulos paulista representa 33,95% do total nacional.

Além disso, afirma, o intenso aprofundamento do quadro recessivo tem provocado uma forte erosão da capacidade de arrecadação de impostos por parte do governo estadual. Segundo Campos Filho, a queda na arrecadação do ICMS acumulou uma queda real de Cr\$ 144 bilhões nos últimos quatro meses, em comparação com mesmo período do ano passado.

FINANCIAMENTO EXTERNO

"Hoje em dia, os impostos são a principal fonte de captação do governo. Não se emite títulos, os financiamentos externos passam pelo crivo do governo, fica muito difícil", diz.

Segundo o último boletim divulgado pelo Departamento de Política Monetária do BC, a dívida mobiliária do Estado de São Paulo está em Cr\$ 679,508 bilhões. O secretário revela, entretanto, que a maior parte desse montante está nas mãos de tomadores finais.

Segundo ele, o volume de títulos estaduais que são financiados diariamente no "overnight" é de Cr\$ 260 bilhões. "Uma parte desses títulos é financiado pelos grandes bancos privados e a parte que não estamos conseguindo financiar fica tanto com o Banespa quanto com a Nossa Caixa e a Divesp. São estas as instituições que têm ido com frequência ao redesconto do BC."

REDESCONTO

Campos Filho afirma que a procura por essa modalidade de financiamento junto ao BC deverá crescer mais ainda. "A onda de críticas do BC criou uma enorme desconfiança nos títulos estaduais. O governo está acabando com a credibilidade do mercado financeiro", enfatizou.

"Ou o BC pega os títulos ou teremos um estouro dos quatro principais estados brasileiros", advertiu, referindo-se aos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, que, segundo o mesmo boletim do BC, acumulam, respectivamente, dívidas mobiliária de Cr\$ 359,005 bilhões, Cr\$ 308,344 bilhões e Cr\$ 294,552 bilhões.

Ele acredita que a única arma dos governos estaduais contra as novas medidas adotadas pelo governo federal é o Congresso Nacional. "A questão é econômico-financeira, mas a partir do momento que ela passa a depender do governo, vira uma questão política", argumenta.